



KENZO SUZUKI ASCOM/CGU

Autorização foi publicada na quarta(24) no Diário Oficial

## 60 vagas para auditor da Controladoria Geral da União

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) autorizou a realização de concurso público para a Controladoria-Geral da União (CGU), com 60 vagas para o cargo de Auditor Federal de Finanças e Controle. A autorização foi publicada nesta quarta-feira (24) no Diário Oficial da União e integra um pacote de 110 vagas para órgãos federais, incluindo a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD). O cargo exige nível superior e é voltado a atividades de auditoria, fiscalização, controle interno e combate à corrupção. Os órgãos têm até seis meses para publicar os editais. A CGU ficará responsável por definir banca, cronograma e regras do certame. A medida busca recompor o quadro de servidores e reforçar áreas estratégicas de controle e transparência na administração pública federal.

### Seleção para engenheiros na Rede Sarah

Terminam no próximo domingo (28) as inscrições do processo seletivo da Associação das Pioneiras Sociais (APS), com vagas para engenheiros na Rede Sarah, em Brasília. A seleção prevê contratação por tempo determinado e salário que pode chegar a R\$ 14,7 mil após treinamento. O processo inclui prova objetiva, discursiva e etapa de capacitação eliminatória. O edital detalha requisitos e demais condições para o certame.

FONTE: AGÊNCIA SENADO



Centro de Reabilitação Sarah Kubitschek, em Brasília

### Compensação por expediente reduzido

O Sisejufe (sindicato que representa servidores do Judiciário Federal no RJ) encaminhou requerimentos ao TRE-RJ e ao TRF2 pedindo a dispensa da compensação referente ao expediente reduzido no dia 24 de junho. O sindicato argumenta que a medida foi definida pela própria administração, sem previsão legal que obrigue a reposição de horas. A entidade também destaca que o TSE e outros tribunais adotaram redução semelhante na mesma data sem exigir compensação dos servidores.

### 2 mil vagas para policiais militares em SP

A Polícia Militar de São Paulo abriu inscrições para concurso com 2 mil vagas para soldado de 2ª classe. É necessário ensino médio, idade entre 17 e 30 anos e CNH entre categorias B e E. O processo inclui prova objetiva, redação, testes físicos, médicos e psicológicos. O salário inicial é de R\$ 5 mil. Inscrições custam R\$100 e podem ser feitas até 21 de agosto pelo site da Vunesp.

### Nomeação no Piauí I

O Governo do Piauí nomeou, no auditório do Centro de Ensino de Tempo Integral, 137 candidatos aprovados em concursos públicos para reforçar as áreas estratégicas da administração estadual. As nomeações foram para cinco órgãos da administração pública e ampliam os quadros técnicos do Estado.

### Nomeação do Piauí II

O concurso ocorreu em 2024 e já havia nomeado 63 aprovados, sendo 26 Analistas Governamentais para a Sead, 25 Analistas Governamentais para a Secretaria do Planejamento (Seplan) e 12 Analistas Previdenciários para a Fundação Piauí Previdência. A remuneração inicial dos cargos é de R\$ 11.549,35.

### Irregularidade I

Mais de 500 processos em Mato Grosso do Sul acusam uma empresa de crédito consignado de práticas abusivas contra servidores estaduais. As ações, movidas sobretudo por aposentados e pensionistas, contestam o produto "CredCesta" e apontam irregularidades na contratação e nos descontos em folha.

### Irregularidade II

As ações relatam juros abusivos e cobranças indevidas, além de situações em que o empréstimo consignado teria sido convertido em cartão de crédito. Nesse modelo, apenas o valor mínimo da fatura é descontado diretamente em folha, enquanto o restante da dívida segue para o rotativo do cartão, acumulando juros e gerando um endividamento.

### Isenção I

O PL 3285/2026, do deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), quer estender a isenção de gastos em concursos federais. Pessoas de baixa renda e doadores de medula, que não pagam a inscrição, terão gratuidade também nos exames médicos. O SUS ou convênios devem custear a etapa.

### Isenção II

A proposta proíbe órgãos federais de eliminarem candidatos vulneráveis se o próprio Estado falhar em oferecer os laudos de saúde gratuitos. O texto abrange vagas efetivas e contratações temporárias da União, impedindo que o custo financeiro vire uma barreira de exclusão para quem passou na prova



Reunião da Mesa de Negociações acontece nesta quinta-feira(25)

# Condsef cobra inclusão de pautas no Orçamento 2027

## Sindicato quer equiparação de benefícios entre Poderes

Da Redação

A Condsef/Fenadsef participa nesta quinta-feira (25), da 15ª reunião da Mesa Central da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), convocada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). O encontro será realizado às 14h30, na sala do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em Brasília.

A entidade, que integra a Bancada Sindical da MNNP, deve levar à reunião a cobrança pela inclusão das pautas dos servidores no Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027, que precisa ser encaminhado ao Congresso Nacional até 31 de agosto de 2026. A reivindicação é de garantia de previsão orçamentária para viabilizar propostas em negociação.

Entre os principais pontos estão a criação do auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas, a equiparação de benefícios entre os três Poderes, a reestruturação de carreiras e a recomposição salarial prevista para 2027. Também está na pauta a implementação de um plano de saúde acessível aos servidores públicos federais.

De acordo com informações do MGI, o auxílio-nu-

trição e o plano de saúde seguem em análise técnica e dependem da apresentação de estimativas de impacto financeiro para possível encaminhamento. A bancada sindical deve solicitar atualização sobre o andamento dessas propostas e prazos para definição.

Outro tema em discussão é a regulamentação da negociação coletiva no serviço público, prevista na Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Projeto de Lei 1893/26, que trata do assunto, já teve regime de urgência aprovado na Câmara dos Deputados e segue em tramitação no Legislativo.

Os representantes dos servidores também devem tratar da proposta do programa Desenrola Servidor, voltado à renegociação de dívidas, além da revogação de decretos que alteraram regras administrativas do Executivo federal.

A reunião da MNNP integra o processo de negociação permanente entre governo e entidades representativas dos servidores públicos federais. Os encaminhamentos do encontro serão registrados em ata e utilizados como base para as próximas rodadas de negociação com o MGI e demais órgãos do governo federal.